



PatryTer

ISSN: 2595-0169

revistapatryter@gmail.com

Universidade de Brasília

Brasil

Castro, Bernadete Aparecida Caprioglio de; Magalhães, Beatriz
Lugares de memória - narrativas, itinerário e patrimônio cultural
PatryTer, vol. 3, núm. 6, 2020, pp. 121-134
Universidade de Brasília
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v3i6.26234>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=604065750005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABR
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Lugares de memória: narrativas, itinerário e patrimônio cultural

Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro¹

Beatriz Magalhães²

Resumo: O texto apresentado trata de uma abordagem sobre o patrimônio cultural no âmbito das experiências vividas por um grupo social. O objetivo proposto foi retratar marcos da cultura negra no espaço urbano do município de Rio Claro-SP (Brasil). A metodologia utilizada se baseou em narrativas de representantes da comunidade e imagens para construir as referências espaciais e temporais de lugares identificados por relações de pertencimento. A memória individual e coletiva permitiu reconstituir a dialética tempo e espaço através das lembranças e experiências cotidianas trazidas pelos informantes. Os lugares de memória são espaços de pertencimento coletivos que permitem ao indivíduo reconstruírem-se a si mesmos.

Palavras-chave: narrativa; espaço urbano; memória; patrimônio cultural; Rio Claro/SP.

Lugares de memoria: narrativas, itinerario y patrimonio

Resumen: El texto presentado aborda un enfoque sobre el patrimonio cultural en el contexto de las experiencias vividas por un grupo social. El objetivo propuesto era retratar hitos de la cultura negra en el espacio urbano de la ciudad de Rio Claro-SP (Brasil). La metodología utilizada se basó en narrativas de representantes de la comunidad e imágenes para construir las referencias espaciales y temporales de lugares identificados por relaciones de pertenencia. La memoria individual y colectiva permitió reconstituir la dialéctica del tiempo y el espacio a través de los recuerdos y las experiencias cotidianas traídas por los informantes. Los lugares de la memoria son espacios de pertenencia colectiva que permiten al individuo reconstruirse.

Palabras-clave: narrativa; espacio urbano; memoria; patrimonio cultural; Rio Claro/SP.

Places of memory: narratives, itinerary and heritage

Abstract: The text presented deals with an approach on cultural heritage in the context of the experiences lived by a social group. The proposed objective was to portray landmarks of black culture in the urban space of the city of Rio Claro-SP (Brazil). The methodology used was based on narratives of community representatives and images to build spatial and temporal references of places identified by relations of belonging. Individual and collective memory allowed to reconstitute the dialectic of time and space through the memories and everyday experiences brought by the informants. The places of memory are spaces of collective belonging that allow the individual to reconstruct themselves.

Keywords: narrative; urban space; memory; cultural heritage; Rio Claro/SP.



DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v3i6.26234>

Como citar este artigo: Castro, B. A. C.; Magalhães, B. (2020). Lugares de memória: narrativas, itinerário e patrimônio cultural. *PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 3 (6), 121-134. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v3i6.26234>

Recebido: 18 de julho de 2019. **Aceite:** 29 de março de 2020. **Publicado:** 01 de setembro de 2020.

¹ Docente aposentada da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP/IGCE, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7306-0790> E-mail: bernadete56@gmail.com.

² Mestranda em Geografia pela Universidade de Brasília, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8018-6524> E-mail: bmagalhaes357@gmail.com.

1. Introdução

As diferentes formas de apropriação dos bens culturais colocam em confronto populações locais, gestores e políticas públicas, permitindo destacar diferentes formas de abordagem e uso do patrimônio cultural. As políticas públicas de patrimônio acompanharam a caracterização de uma história da cultura voltada ao tombamento e guarda de bens considerados como valores culturais da nação, representativos da identidade nacional – encobrendo na maioria das vezes, os sentidos dentro dos quais esse patrimônio foi constituído.

É importante considerar que muitos grupos sociais constroem um projeto (político) de patrimônio no qual possam se colocar, buscando restabelecer uma coesão interna, muitas vezes em um plano simbólico, a fim de ordenar suas práticas para o enfrentamento dentro das relações do poder vigente. Procuram ativar sentidos atribuídos a esse patrimônio, permitir a interlocução entre o indivíduo e o contexto sociocultural no qual esse ou aquele bem está inserido. Em uma noção mais ampla de patrimônio cultural permite o diálogo entre diferentes campos do conhecimento, como aponta Castriota (2007):

Também a noção de "patrimônio cultural" vai sofrer uma ampliação, principalmente graças ao contributo decisivo da Antropologia, que, com sua perspectiva relativizadora, nele integra os aportes de grupos e segmentos sociais que se encontravam à margem da história e da cultura dominante (Castriota, 2007, p. 16).

Os parâmetros que definem o entendimento sobre patrimônio não são apenas aqueles que o tomam como construção social, mas o fator determinante para entendê-lo “[...] es su carácter simbólico, su capacidad para representar simbolicamente una identidad. Esto es lo que explica el cómo y el porqué se movilizan recursos para conservarlo y exponerlo” (Prats, 1997, p. 22).

Também é preciso destacar que a abordagem feita nesse texto leva em conta a expressão escrita e oral sobre o patrimônio cultural, considerando além dos objetos e lugares, o caráter do discurso daqueles que narram sobre determinados bens culturais, como sugere Gonçalves (2007):

Os discursos do patrimônio se articulam enquanto narrativas, nas quais se relata a história de uma determinada coletividade, seus heróis, os acontecimentos que marcaram essa história, os lugares e os objetos que “testemunharam” esses acontecimentos. Os que narram essa história o fazem

sob a autoridade da nação, ou de outra coletividade qualquer, cuja memória e identidade são representadas pelo patrimônio (Gonçalves, 2007, p. 141).

O patrimônio cultural é uma relação social baseada em diferentes modos de apropriação dos objetos materiais e simbólicos e alimenta uma cadeia de relações dotadas de significados.

Daí que as imagens dos objetos também “circulam” nos meandros das memórias dos sujeitos, carregando lembranças de situações vividas outrora, permeadas por certas sutilezas e emoções próprias do ato de lutar contra o esquecimento e a finitude do ser, bem como de seus vínculos com o seu lugar de pertença (Silveira & Lima Filho, 2005, p. 39).

O mundo sensível é também o mundo dos bens materiais aos quais os homens atribuem sentidos expressando hierarquias, estilos, gosto e poder. Nesse sentido, a construção de uma cultura material representada nos símbolos, edifícios, monumentos e paisagens, assegura a preservação da história e memória.

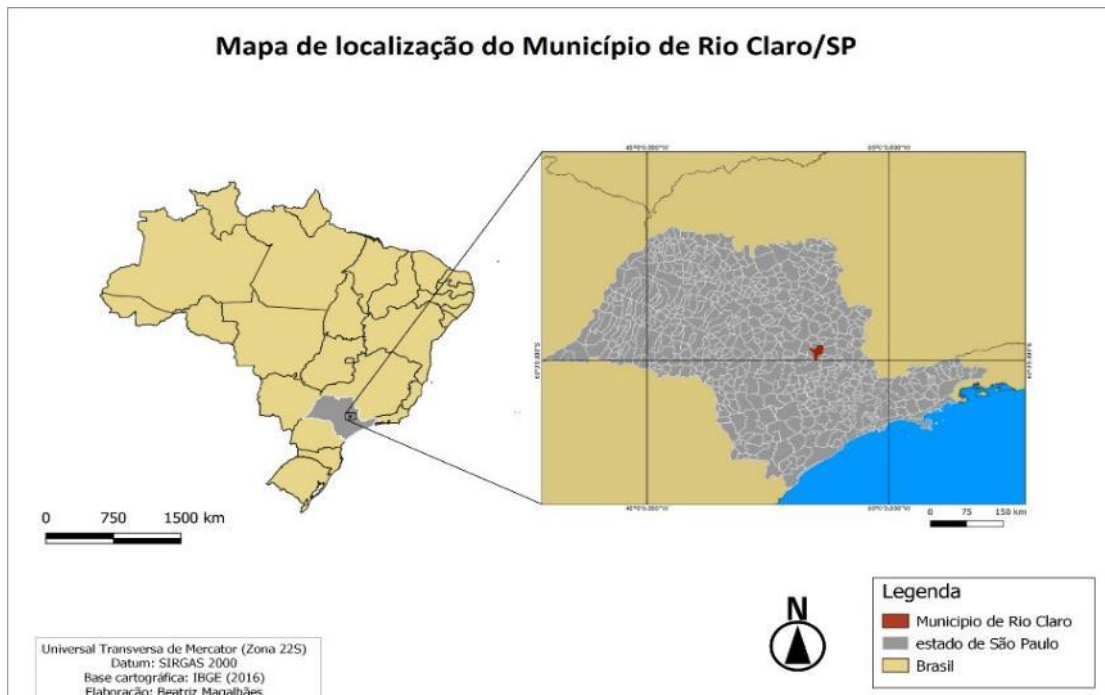
No enfoque do mundo urbano contemporâneo, trata-se de atribuir importância à interpretação dos seus fenômenos culturais a partir do estudo da memória coletiva, das lembranças e reminiscências “históricas” dos seus habitantes e do arranjo espacial das formas de vida social apresentadas por eles em seu cotidiano ao longo do tempo (Eckert & Rocha, 2001, p. 14).

2. Patrimônio e múltiplas identidades

Alimentando novos valores secularizados a partir do ideário modernizante, a República brasileira criou novos lugares sociais para os diferentes estratos da população; assegurou nas instâncias jurídicas a propriedade privada sobre a terra e os bens; destituiu grande parte da população pobre de seus direitos; buscou também restaurar a história nacional institucionalizando o patrimônio como marcador espacial da presença do Estado e de seus protagonistas. Referimos aqui ao período dos anos 30 do século passado onde as iniciativas governamentais se voltaram aos projetos de preservação da memória histórica nacional (Fernandes, 2010). Edifícios, personagens e monumentos foram consagrados como símbolos da história nacional inspirando uma versão sobre o passado.

Quanto ao patrimônio edificado da cidade de Rio Claro, município do estado de São Paulo como localizado na figura 1, podemos considerar

Figura 1 – Localização do município de Rio Claro/SP



Fonte: Magalhães, B. (2019).

sua importância como um roteiro histórico e arquitetônico da cultura urbana, uma vez que seus monumentos, edifícios e praças, guardam sua historicidade.

Os estilos arquitetônicos dos edifícios são variados e uma grande parte desses bens se localizam na porção central da cidade (Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, 2016).

As construções a partir de 1827 reúnem edificações representativas de um período de expansão urbana que foi marcado fortemente pela importância do município na produção cafeeira e como centro ferroviário (Hogan, 1986, p. 06).

A partir da segunda metade do século XIX, Rio Claro já contava com uma população imigrante que reforçou o setor de comércio e serviços e a pequena produção agrícola, consolidando o desenvolvimento local, cuja estrutura urbana já se encontrava sedimentada (Hogan, 1986, p. 22), (figuras 2, 3, 4 e 5).

O patrimônio edificado do centro da cidade está associado aos espaços de moradia, lazer e negócios das classes abastadas desde o século XIX, e com o tempo foi se destinando a novos usos, compondo um conjunto significativo de bens listados pelo poder público como um roteiro histórico da cidade.

Figura 2 – Residência do barão de Porto Feliz



Fonte: Arquivo Público e Histórico de Município de Rio Claro. (2016). *Patrimônio edificado em Rio Claro*. Rio Claro (SP): Phábrica.

Figura 3 – Residência da família Fontes (primeira metade do século XX)



Fonte: Arquivo Público e Histórico de Município de Rio Claro. (2016). *Patrimônio edificado em Rio Claro*. Rio Claro (SP): Phábrica.

Figura 4 – Colégio Puríssimo Coração de Maria (1909)

Fonte: Arquivo Público e Histórico de Município de Rio Claro. (2016). *Patrimônio edificado em Rio Claro*. Rio Claro (SP): Phábrica.

A espacialidade do patrimônio edificado e monumentos revelam o modo de apropriação e uso da aristocracia rural sobre o espaço urbano, implicando em novo ordenamento territorial, higienização e segregação socio-espacial (Santos, 2002). As edificações no município passaram a ser reguladas por legislação específica a partir de 1911, seguindo preceitos sanitários, códigos e leis republicanas, impostas pelo Estado - Código Sanitário Estadual de 1918 (Ferreira & Basso, 2018).

Grande parte da elite local, fortemente articulada ao movimento republicano, buscando se modernizar na ótica do progresso, difundiam valores de uma ciência positiva em oposição aos costumes e tradições das classes pobres, os quais passaram a serem discriminados como símbolo do atraso, sujeitos ao controle de uma legislação urbana modernizante e seletiva. Como afirma Campos (2014) ao falar sobre a Praça da Liberdade (1890) no centro da cidade de Rio Claro:

Local a que a comunidade negra tinha livre acesso, uma vez que o Jardim Público era reservado para as famílias mais abastadas, com acesso limitado pela comunidade negra. Foi nessa praça que os escravos foram libertados por ocasião da abolição da escravidão no município (Campos, 2014, p. 75).

Os espaços urbanos em sua construção histórica obedecem a princípios classificatórios não apenas de ordem estética, mas também ideológica – externalizam valores daqueles que os constroem – assinalados no patrimônio cultural e histórico Paoli (1992) ressalta que a noção de patrimônio deve estar associada a uma significação coletiva e plural e que se deve fazer uma crítica à história instituída e acabada:

Crítica a uma história que Walter Benjamin

Figura 5 – Estação ferroviária (1911)

Fonte: Arquivo Público e Histórico de Município de Rio Claro. (2016). *Patrimônio edificado em Rio Claro*. Rio Claro (SP): Phábrica.

chamou “dos vencedores”, sobre cujos feitos foram produzidos os documentos e erigidos os monumentos, referência única ao que se ensina nas escolas, se mostra aos turistas, se celebra nos feriados nacionais. Ao esconder e silenciar as outras narrativas dos acontecimentos passados e presentes, essa história se torna “oficial”: a história necessária e documentável, em referência à qual o valor de outros projetos e outras presenças – quando aparecem – são medidos e julgados. A política de patrimônio que daí deriva conserva essa significação ao preservar apenas esses testemunhos (Paoli, 1992, p. 26).

Os monumentos são marcadores territoriais dotados de sentidos, sagrados ou profanos e representam simbolicamente traços culturais de uma época, de um povo, expressando visão de mundo, estilos e arquitetura próprios. Como “intervenção urbanística e territorial” os monumentos históricos em grande parte, expressam uma “cultura oficial”, materializam a hegemonia do Estado ou de uma elite política que se apropria do espaço urbano para impor uma marca, uma retórica (Correa, 2007, p. 12).

Caracterizando os monumentos e suas múltiplas funções, Choay (2001) afirma que ele atua sobre a memória pela dinâmica da afetividade.

Sua relação com o tempo vivido e com a memória, ou, dito de outra forma, sua função antropológica, constitui a essência do monumento. O resto é contingente e, portanto, diverso e variável. Já constatamos no que diz respeito aos seus destinatários, e o mesmo acontece em relação aos seus gêneros e formas: túmulo, templo, coluna, arco de triunfo, estela, obelisco, totem. O monumento muito se assemelha a um universal cultural [...] (Choay, 2001, p. 18).

Encontramos monumentos em praças e

Figura 6 – Arthur Bilac (1909)

Fonte: Arquivo Público e Histórico de Município de Rio Claro. (2016). *Patrimônio edificado em Rio Claro*. Rio Claro (SP): Phábrica.

Figura 7 – José Maria da Silva Paranhos Jr. (1914)

Fonte: Arquivo Público e Histórico de Município de Rio Claro. (2016). *Patrimônio edificado em Rio Claro*. Rio Claro (SP): Phábrica.

Figura 8 – Anjo da Concórdia (1927)

Fonte: Arquivo Público e Histórico de Município de Rio Claro. (2016). *Patrimônio edificado em Rio Claro*. Rio Claro (SP): Phábrica.

jardins, alusivos aos personagens da história local ou comemorativos das datas importantes para a historiografia da cidade, como mostram as figuras 6, 7 e 8.

No caso de Rio Claro, personagens e símbolos da história oficial, contada e escrita pelas elites políticas desde o século XIX, permanecem como referências que reforçam a lembrança de uma aristocracia rural do período cafeeiro, de ideais republicanos e de profissionais liberais ligados aos serviços urbanos e administrativos. Referências aos imigrantes italianos e alemães que participaram do desenvolvimento urbano também teve peso nesse cenário e nas representações contidas nele.

A espacialidade necessária que apresentam, implicando em localizações fixas e de longa duração, ao lado da iconografia de que são portadores, conferem aos monumentos o caráter de poderosos meios de comunicação de valores, crenças e utopias, assim como de afirmação do poder daqueles que os construíram (Correa, 2007, p. 11).

A esses bens são atribuídos diferentes categorias de valores “valor de rememoração” (ligados ao passado) e valores de “contemporaneidade” (artístico e de uso), na acepção de Choay (2001, pp. 168-169).

Os sentidos atribuídos aos bens, imagens e lugares não são apenas individuais ou imutáveis, mas é uma construção que passa pela memória coletiva em seus deslocamentos temporais, permitindo leituras diversas, como define

Halwachs (1990).

Ela apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas. A memória coletiva é um quadro de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo, e o que mudou, foram as relações ou contatos do grupo com os outros (Halwachs, 1990, p. 60).

Essas referências à memória coletiva nos interessa à medida em que nos remete ao campo de experiências passadas, que se referem à vivência de acontecimentos experimentada por um determinado grupo no meio social, do seu contato com outros grupos, permitindo que as lembranças (individuais e coletivas) estejam ligadas a um conjunto de significações. Isto porque: “A memória de uma sociedade estende-se até onde pode, quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta” (Halwachs, 1990, p. 57).

A partir dessa afirmação de Halwachs, pode-se alargar o horizonte no qual memórias coletivas de outros grupos sociais silenciados na história oficial local, também buscaram e buscam reconstituir marcos de sua identidade no espaço urbano, construindo, opondo e ressignificando “lugares de memória” (Nora, 1993).

3. Ressignificando lugares

No contexto histórico de Rio Claro, a herança escravista, a ideologia do branqueamento racial e a segregação sócio-espacial, procuraram ocultar a presença da população negra: na vida política, nas relações de trabalho e propriedade e nos direitos civis.

Em Rio Claro, muitos dos locais onde se aglomeravam famílias negras, eram discriminados pelas autoridades locais e pela maior parte da população composta por imigrantes italianos e alemães. Esses bairros eram considerados lugar de desocupados, de gente perigosa, o lugar dos pretos. A imprensa rioclarense denunciava esses locais como um espaço de indivíduos fora da ordem, vivendo numa situação de desajuste social, os negros eram portadores de uma cultura em decadência e deveriam ser vigiados e controlados (Silva & Castro, 2015, p. 1851).

Na pesquisa de Trevisan (2013), sobre os clubes sociais negros na cidade de Rio Claro, ficou evidenciada a segregação social da população negra, seja quanto à sua participação na política local ou mesmo sua integração ao mercado de trabalho.

O negro foi apontando como expressão de inferioridade em praticamente todos os setores da sociedade pelo projeto de branqueamento social. Neste processo, além da submissão da força de trabalho do homem negro à restrição econômica, seus símbolos, práticas, crenças, manifestações e conhecimentos também foram alvo de um elitismo que predominava na vida política e cultural da cidade (Trevisan, 2013, p. 20).

Torna-se importante ressaltar que os valores culturais da população negra constituíam um vasto repertório de saberes e práticas que eram representados pela religiosidade, ritos e festas, muitas vezes recobrando o universo das relações sociais de opressão, desenhando espaços de resistência e preservação dos conteúdos da cultura do grupo. As associações recreativas, irmandades religiosas e grupos carnavalescos, organizados pela comunidade negra, foram expressões que se faziam presentes na história da cidade, demonstrando o vigor dessa cultura.

Como resistência ao sistema racial vigente, inúmeras formas organizacionais foram empregadas pelos negros. A capoeira, o candomblé, as irmandades religiosas, entre outros, se constituíam em manifestações através das quais os afro-descendentes mergulhavam

numa realidade essencialmente negra e, o mais importante, numa situação dirigida pelo próprio grupo (Pereira, 2008, p. 61).

O protagonismo dos negros em Rio Claro colocava em cheque não apenas a condição de classe, mas também a questão racial, interligando-se com movimentos mais amplos de resistência, como o caso da formação da Delegação Local da Frente Negra Brasileira, e artigos no jornal paulista A Voz da Raça, citados no artigo de Domingues (2010):

Os negros de Rio Claro não só eram plurais, como o fazer-se de seu movimento associativo caracterizou-se pela capacidade de ser versátil, dinâmico e mutante. Uma polifonia de vozes negras travou disputas por espaços, cargos, retóricas, projetos e ideais. A política racial do movimento afirmava a negritude como um significante aberto (Domingues, 2010, pp. 111-112).

Reconhecendo a importância desses sujeitos na história local, a discussão aqui proposta foi a de pontuar no cenário urbano algumas marcas significativas dessa presença, segundo a leitura que eles próprios fazem de si mesmos. Os bens apresentados pela população negra correspondem a um tipo de patrimônio que traz a essência de um modo de vida. Como é citado por Costa (2012) em seu trabalho sobre patrimônio e território urbano:

Identifica-se, ao longo das últimas décadas, uma tendência crescente de se instituir bens cada vez mais diversificados como patrimônio, conformando sua ampliação tipológica. A preservação não se restringe mais a edifícios religiosos, castelos e vitrais, mas se estende a obras da chamada arquitetura menor ou popular, às casas térreas, sobrados, bens ligados a práticas culturais, religiosas, de lazer, à etnologia rural e urbana (Costa, 2012, p. 21).

Na pesquisa realizada em Rio Claro, entre 2012-2015, em parceria com o Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, Conselho da Comunidade Negra (CONERC), alunos da UNESP/IGCE e a Escola Superior de Tecnologia e Educação Rio Claro, foi realizado um itinerário pela cidade com objetivo de registrar lugares significativos para a comunidade negra a partir de narrativas de alguns de seus membros, traduzidos espacialmente através da figura 9.

Com a coleta de depoimentos, registros fotográficos e pesquisa documental foi possível observar que os valores culturais dessa população se mantiveram ao longo do tempo, oferecendo resistência ao processo de segregação social ao qual

foram submetidos ao longo da história do município.

No enfoque do mundo urbano contemporâneo, trata-se de atribuir importância à interpretação dos seus fenômenos culturais a partir do estudo da memória coletiva, das lembranças e reminiscências "históricas" dos seus habitantes e do arranjo espacial das formas de vida social apresentadas por eles em seu cotidiano ao longo do tempo (Eckert & Rocha, 2001, p. 14).

Recorrer à memória é também reconstituir a presença.

A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações sociais. [...] A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências, e de repentinas revitalizações (Nora, 1993, pp. 08-09).

Complementando, na visão de Nora, a memória permite que cada indivíduo ou grupo possa contar sua própria história num cenário mais amplo: “A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização da sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo” (Nora, 1993, p. 17).

O objetivo de identificar lugares de memória não se define pela importância do local em si, mas no modo pelo qual a memória coletiva se apropria dele. Os lugares de memória oferecem uma complementaridade entre a memória e a história, entre presente e passado, uma relação tempo-espaço reavivada pela experiência (individual e coletiva).

O antropólogo Joël Candau (2006), se refere à memória e aos lugares, definindo:

Todo el arte de la memoria se funda en la construcción de un sistema de lugares (loci) y de imágenes: el orador primero define un itinerario a partir de una serie de lugares arquitecturales, ficticios o reales: luego de aprender de memoria este itinerario, fabrica imágenes de las informaciones que va a memorizar y las ubica en los diferentes lugares del itinerario, asimilados metafóricamente a tablillas de cera; las imágenes se disponen de tal modo que el orden del discurso y el de los lugares se confunden y, entonces, el recorrido (mental) del itinerario provoca la reminiscencia (Candau, 2006, p. 37).

No caso dessa pesquisa, a construção do itinerário e a marcação dos lugares foram feitas a partir das narrativas dos mais velhos. Eles sempre se referiam a história da comunidade, da vida cotidiana, a partir da narração de suas próprias histórias de vida, entremeadas com eventos, caminhos, festas, ritos, tornando evidentes os laços dessa convivência ao longo do tempo em diversos lugares apontados por eles. O espaço, o tempo, sempre aparece entremeado na narração, tendo como contexto a experiência vivida, como em um enredo, de modo que se pode seguir aqui uma concepção benjaminiana de narrativa:

A narrativa, que durante todo tempo floresceu num meio de arteção - no campo, no mar e na cidade -, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o "puro em si" da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele (Benjamin, 1994, p. 205).

Dentro dessa perspectiva, os lugares inseridos no espaço urbano, trazem lembranças de fatos vivenciados por eles, contados como referência à sua própria vida, o que também pode ser compartilhado por outros membros da comunidade. Os dados foram registrados pela equipe do Arquivo Público (vídeos e fotos), cujo material foi editado pelo projeto Memória Vivo (acervo digital) – coordenado por Maria Teresa de Arruda Campos (superintendente da autarquia no período 2009-2016) e para esse artigo produziu-se a figura 9 com a localização dos patrimônios culturais citados.

4. Pelos caminhos da memória

O itinerário construído (figuras 10 a 21) foi realizado em diferentes momentos (2012 a 2016) e contou com o acompanhamento de membros da comunidade negra, especialmente Dona Ângela Gonzaga e Dona Divanilde de Paula – consideradas *griôs*ⁱ da comunidade. Também fotografado por estagiários do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.ⁱⁱ

Dona Divanilde e Dona Ângela (figura 10) com grupo de professores em 2012, na Praça da Igreja de São Benedito, contam como as famílias negras participavam das cerimônias, reforçando a importância do lugar. A existência da velha figueira marca um local de reuniões e festas (figura 11).

Figura 9 – Localização dos patrimônios culturais em Rio Claro/SP

Fonte: Magalhães, B. & Castro, B. (2019).

Figura 10 – Dona Divanilde e Dona Ângela na Praça da igreja de São Benedito

Fonte: Campos, M. (2014). *Implantação da lei 10.639/2003: roteiros*. Rio Claro (SP): Estúdio Panda Pix.

Figura 11 – Umbigada de São Benedito na Praça da igreja de São Benedito

Fonte: Campos, M. (2014). Campos, M. (2014). *Implantação da lei 10.639/2003: roteiros*. Rio Claro (SP): Estúdio Panda Pix.

Dona Ângela e Dona Diva falaram sobre a Praça da Igreja de São Benedito, Rio Claro-SP:

Dona Diva: [...] Então, quilombo aqui tinha esse [...] tinha aquele lá da Dona Ângela, lá...é... e a Chacrinha [...] O São Benedito era quilombo. Aí eles tiraram os negros e colocaram a pedra fundamental da igreja. Demorou quarenta anos para fazer a igreja [...] E aqui, a manifestação do tambu era aqui. O pessoal que vinha para dançar, eu estava contando ontem para os meninos lá em casa, que a minha avó fazia umas cobertinhas de retalhos para as crianças, porque a gente já vinha com ela nas costas, porque aí você tinha que arrumar um lugar, esticar e dormir, porque eles não iam embora enquanto não amanhecia. Eles dançavam a noite inteira.

Dona Ângela: Aqui, além do tambú, não é Diva, tinha o samba de lenço e, [...] o delegado proibiu que dançasse o tambu, [...] esses trinta anos que a Diva falou que deu uma parada, o delegado não permitiu mais não. Ele achou que o tambú era uma dança pornográfica [...] então, não deixou mais não, foi uma luta [...] apesar de que luta a gente já está acostumado [...] nosso povo está acostumado (Depoimentos concedidos por Dona Divanilde de Paula e Dona Ângela Gonzaga ao APHMRC, documentário, Projeto Memória Viva, setembro de 2012).

Também a igreja da Boa Morte (figura 12) é lugar de referência para o grupo, onde acontecia a sociabilidade das famílias negras. Em 1885 abrigou a Irmandade de São Benedito criada em 1855 e extinta em 1884 da qual participavam negros escravos e libertos (Santos, 2002, p. 66).

Dona Diva falou sobre a Praça da Boa Morte, Rio Claro-SP:

E essa praça aqui [...] a figueira daqui foi cortada [...] então tudo acontecia ao redor da figueira, né? Porque o espaço lá de cima do São Benedito era um espaço de moradia [...] os negros moravam lá. E aqui mesmo na Igreja da Boa Morte o pessoal da Irmandade conseguia almoço, né? Os negros almoçavam no Natal, eles davam almoço, aqui na Boa Morte. As manifestações culturais aconteciam aqui. Isso não é do meu tempo [...] meu pai contava e a minha que [...] quando eles formaram o primeiro cordão de carnaval foi aqui, embaixo dessa figueira [...] porque se reuniam aqui para dançar, para cantar, e [...] aí eles queriam tirar um cordão de carnaval aqui em Rio Claro porque o carnaval aqui era só carros, né? Naquela época [...] então eles se reuniam embaixo dessa figueira para tomar decisões [...] A praça era um espaço de lazer da comunidade (Depoimentos concedidos por Dona Divanilde de Paula ao APHMRC, documentário, Projeto Memória Viva, setembro de 2012).

Figura 12 – Igreja da Boa Morte



Fonte: Campos, M. (2014). *Implantação da lei 10.639/2003: roteiros*. Rio Claro (SP): Estúdio Panda Pix.

Figura 13 – Associação Beneficente e Recreativa José do Patrocínio



Fonte: Campos, M. (2014). *Implantação da lei 10.639/2003: roteiros*. Rio Claro (SP): Estúdio Panda Pix.

Figura 14 – Associação Beneficente Cultural e Recreativa Tamoyo



Fonte: Campos, M. (2014). *Implantação da lei 10.639/2003: roteiros*. Rio Claro (SP): Estúdio Panda Pix.

Os clubes negros (figuras 13 e 14) são espaços de festas e recreação, animados por bailes e ensaios carnavalescos – comemorações e reuniões políticas também se realizam nesses espaços comunitários, os quais foram construídos com a participação da comunidade negra local.

Dona Diva e Dona Ângela citaram a vivência nos clubes negros, Rio Claro-SP:

Dona Diva: [...] Eles eram todos ferroviários, mas não tinham acesso aos clubes da cidade. Então foi dado esse terreno para o Patrô. Porque, até então [...] já existia o Patrocínio, eles já tinham a documentação, tudo, mas não tinham uma sede. Então alugava os espaços para a gente dançar. Alugava lá onde é o varejão Real [...] dançava junto Tamoyo e Patrô.

Dona Ângela: [...] E outra coisa Diva, você lembra, que colocava uma corda, no meio do salão? De um lado era o Patrô e outro lado era o Tamoyo. Não ficava todo mundo junto [...] para separar, para saber quem era quem.

Dona Diva: Era separado, aí tinha também [...] era uma questão assim também; o Patrô era um clube mais elitizado [...] não era todos os negros de Rio Claro que frequentavam o Patrô [...] inclusive esses bailes que aconteciam, o estatuto das duas sociedades [...] agora eles ficaram assim, se for ver é até inconstitucional, né? Não era permitido que acontecesse outra manifestação dentro das duas sociedades que não fosse de negros (Depoimentos concedidos por Dona Divanilde de Paula e Dona Ângela Gonzaga ao APHMRC, documentário, Projeto Memória Viva, setembro de 2012.).

As heranças da religiosidade africana são marcadas por inúmeros terreiros de umbanda e candomblé existentes, dos quais foram apontados dois deles (figuras 15 e 16). Como locais de frequência da população negra, esses terreiros guardam espaços de sociabilidade, hoje frequentados por diversos grupos da sociedade local.

Capelas e terreiros, irmandades e festas de santo, cantos e contos e outras manifestações da cultura se consagram em repertórios de um vasto patrimônio no sentido de bens coletivos. Os terreiros, além de sua materialidade demarcada como templo de culto, são espaços de formação. Os rituais e os cultos se desenvolvem no terreiro de modo a congregar pais e mães de santo em completa interação com seus filhos, guias e orixás. Os saberes e práticas ancestrais têm papel disciplinador da conduta de todos aqueles que formam o povo de terreiro.

Pai Henrique, da Tenda de Umbanda Lúcia Oiá Caboclo 7 Cachoeira, apontou a importância da Umbanda:

[...] A Umbanda é brasileira. Ela traz é [...] o sincretismo junto a ela, porquê? Era proibido se fazer o ritual africano né [...] nos lugares onde eles nos deixavam [...] então por analogia, se catou os santos daquela dita religião que era predominante naquele lugar, seja aqui, seja em outro canto [...] e fundamentava aquele santo com aquele orixá [...] de similaridade. A Umbanda aí deu passo muito grande, porquê? Porque como o africano naquele momento ele estava preso, na situação que ele não podia falar, então arranjava-se um jeito de cultuar daquela forma (Depoimento gravado pelo

Figura 15 – Tenda de Umbanda Lúcia Oiá Caboclo 7 Cachoeiras



Fonte: Campos, M. (2014). *Implantação da lei 10.639/2003: roteiros*. Rio Claro (SP): Estúdio Panda Pix.

Figura 16 – Terreiro de candomblé Ilê Asé Obaodokiran



Fonte: Campos, M. (2014). *Implantação da lei 10.639/2003: roteiros*. Rio Claro (SP): Estúdio Panda Pix.

Figura 17 – Escola Estadual Irineu Penteado (2015)



Fonte: Campos, M. (2014). *Implantação da lei 10.639/2003: roteiros*. Rio Claro (SP): Estúdio Panda Pix.

APHMRC, documentário Rio Claro: terra de preto sim senhor, Projeto Memória Viva, dezembro de 2016).

Com relação ao ensino regular e formação da população negra, notam-se profundas lacunas quanto as fontes para pesquisa ⁱⁱⁱ, sendo aqui apontada a antiga Escola Estadual Irineu Penteadó (figura 17). Dona Divanilde falou da importância da escolarização como possibilidades de melhoria das condições de vida e trabalho para a comunidade, que mesmo sofrendo discriminação, muitos conseguiram estudar.

Conversa entre Dona Diva e Dona Ângela sobre a escola Irineu Penteadó, onde Dona Ângela estudou entre 1956-1961.

Dona Diva: Dona Ângela é descendente de quilombolas, né, então ela estudou nessa escola, não é Dona Ângela? As crianças que moravam aqui nesse quilombo frequentavam essa escola. E [...] tinha dificuldade Dona Ângela?

Dona Ângela: Não, não tinha não. Naquela época não [...] naquela época a gente não percebia o preconceito [...] agora a gente entende que é.

Dona Diva: Ela não tinha nenhuma dificuldade, ela estava no meio dos dela. Não é como agora que uma criança negra fica em uma classe, muitas vezes sozinha, né? Então ela foi muito feliz aí nessa escola [...] essa coisa que tem hoje que chama bullying, que colocaram um nome, a gente já sofreu isso lá atrás [...] Essas coisas, a história esconde mesmo. Por isso que nós negras estamos participando. Para que nós possamos contar a história verídica (Depoimentos concedidos por Dona Divanilde de Paula e Dona Ângela Gonzaga ao APHMRC, documentário, Projeto Memória Viva, setembro de 2012).

Figura 18 – Parque Lago Azul



Fonte: Campos, M. (2014). *Implantação da lei 10.639/2003: roteiros*. Rio Claro (SP): Estúdio Panda Pix.

Com relação às terras habitadas anteriormente pelas famílias negras, Dona Ângela reforçou em sua narrativa, os tempos de infância que sua família morava na área onde se situa hoje o Lago Azul, Centro Cultural da cidade. Ela apontou ainda que um marco importante da presença de sua família é o velho abacateiro plantado por sua avó – assinalado na figura 18. Dona Divanilde visitou com a equipe de campo a Chacrinha dos Pretos (figura 19), cuja terra ainda é morada de uma das famílias da comunidade, a qual busca o reconhecimento da área como terra remanescente de quilombo.

Dona Ângela fala sobre o Lago Azul (Centro Cultural Roberto Palmari):

Então, essa área aqui era o quilombo da Cabana do Mato. Porque Cabana do mato? Porque aqui tinha uma cabana e [...] como eu comentei com vocês que [...] lá na 22 começava o quilombo, então tudo isso daqui até o NAM, onde nós pegamos o ônibus, tudo era quilombo, viu? Aqui tem uma nascente aonde é o Lago Azul, é uma nascente aonde a gente vinha pegar água, tomar água aí, né? [...] tomar água aí [...] inclusive eu lembro [...] a gente vinha buscar lenha, tudo aqui, aqui no vale. E tem uma árvore aqui que foi plantada por um escravo e dessa árvore gerou toda essa vegetação aí. Do lado era o quilombo que era comandado só por mulheres, esse quilombo da Cabana do Mato era só mulheres [...] Inclusive tem um pé, depois nós vamos passar lá em frente, tem um pé de abacate enorme, até hoje ele está dando [...] o dia que esse pé de abacate secar, aí a gente vai começar a repensar a história [...] porque quem plantou foram as minhas avós (Depoimentos concedidos por Dona Ângela Gonzaga ao APHMRC, documentário, Projeto Memória Viva, setembro de 2012).

Figura 19 – Chacrinha dos Pretos



Fonte: Campos, M. (2014). *Implantação da lei 10.639/2003: roteiros*. Rio Claro (SP): Estúdio Panda Pix.

Figura 20 – Antiga casa do barão de Grão-Mogol. Mata Negra, Ajapi



Fonte: Campos, M. (2014). *Implantação da lei 10.639/2003: roteiros*. Rio Claro (SP): Estúdio Panda Pix.

Figura 21 – Praça da Liberdade



Fonte: Campos, M. (2014). *Implantação da lei 10.639/2003: roteiros*. Rio Claro (SP): Estúdio Panda Pix.

Esses lugares identificados nas narrativas evocam um passado no qual os membros dessa comunidade viveram momentos de sua trajetória na vida social da cidade, seja em uma situação de opressão quando relembram seus antepassados ainda cativos do trabalho escravo na fazenda Mata Negra (figura 20) - casarão do barão Grã Mogol; ou na Praça da Liberdade (figura 21), espaço público ao qual tinham acesso e que, ainda nos dias atuais, representa um lugar de pertencimento para a comunidade negra, onde realizam encontros e manifestações culturais.

Dona Diva expôs aos professores sobre a antiga fazenda Mata Negra, contando o passado de sua família:

A minha família foi escrava aqui [...] É daqui [...] minha família toda foi escrava aqui. Começou aqui a família. Os primeiros negros da minha família que vieram para Rio Claro, vieram aqui. Eles vieram para essa fazenda. Os meus antepassados que vieram para Rio Claro vieram para essa fazenda. Foram escravos aqui. Então minha bisavó casou aqui nessa fazenda com quatorze anos. Então, aqui ela contava que [...] agora não dá mais para mais para entrar [...] ela dizia que a senzala era embaixo da cozinha [...] e ela dormia embaixo da escada. Então, eu sou família dos Moura [...] eles tinham ali, a sesmaria ali [...] que era a terra que minha bisavó ganhou [...] então, eles deram a terra, depois tomaram de volta [...] (Depoimentos concedidos por Dona Divanilde de Paula ao APHMRC, documentário, Projeto Memória Viva, setembro de 2012).

Ao tomar as narrativas sobre esses espaços a partir de integrantes da comunidade negra, foi possível evidenciar um conjunto de bens que

compõem um patrimônio cultural não institucionalizado por agências do Estado, mas que se encontra presente no espaço urbano integrado a vida comunitária desse grupo. Refiro-me aqui à modalidade de patrimônio que serve de comunicação criativa entre a cultura e os indivíduos, como aponta Gonçalves (2005):

O que pretendo colocar em foco é precisamente a ambigüidade presente na categoria patrimônio, aspecto definidor de sua própria natureza, uma vez que liminarmente situada entre o passado e o presente, entre o cosmos e a sociedade, entre a cultura e os indivíduos, entre a história e a memória. Nesse sentido, algumas modalidades de patrimônio podem servir como formas de comunicação criativa entre essas dimensões, comunicação realizada existencialmente no corpo e na alma dos seus proprietários (Gonçalves, 2005, p. 20).

5. Considerações finais

Esses lugares de memória foram demarcados a partir das narrativas que expressam temporalidades da vida coletiva, através dos quais esses indivíduos e o grupo buscavam construir parâmetros para suas ações no presente, atribuindo aos lugares novos sentidos e usos, ressignificando identidades e potencializando enfrentamentos. Neles estão contidos diferentes modos de ver e conceber o mundo, representando identidades individuais e coletivas, uma visão baseada na experiência cotidiana conflitiva e plural (Gonçalves, 2007). Essa visão do patrimônio se diferencia daquela que se funda em uma perspectiva “oficializada”, com seus monumentos e heróis nacionais, privilegiados na ocupação material e

simbólica dos espaços públicos (Prado, 2011, 2017).

O território deve corresponder também à espacialização da identidade étnica de um povo ou de um grupo, envolvendo sua história, sua origem e seu destino, compondo um referencial de valores que possa integrá-lo como iguais para diferenciar dos outros. A etnicidade em seu caráter político manifesta-se para fora, contrapondo-se a um modelo cultural mais amplo.

Os lugares de memória no espaço urbano de Rio Claro assinalados pela comunidade negra se referem a um patrimônio cultural, no qual, as experiências vividas revelaram o presente em sua conexão com o passado, reforçando os laços entre a memória e a história. A partir das narrativas foi possível concluir, como concebe Benjamin (1994), que o mais importante na relação entre o narrador e o ouvinte é exatamente “conservar o que foi narrado”.

Do ponto de vista da pesquisa, foi possível o entendimento de que estava em curso um processo de autonomia da comunidade negra ao reconhecer a legitimidade de sua experiência na construção da história local. Esses lugares de memória, tomados como patrimônios culturais permitem a essa comunidade criar e conduzir suas demandas no sentido de reapropriação de sua identidade.

6. Referências bibliográficas

- Abreu, D. C. L. (2011). A Escolarização dos Negros e suas Fontes de Pesquisa. *Revista HISTEDBR On-line*, 42(1), 235-248. Campinas. Recuperado de http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/42/art15_42.pdf
- APHMRC – Arquivo Público e Histórico de Município de Rio Claro. (2016). In Henriques, A. B., et al. (Orgs.). *Patrimônio edificado em Rio Claro / Arquivo Público e Histórico de Rio Claro (SP)*. Rio Claro (SP): Phábrica.
- Benjamin, W. (1994). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. (Obras Escolhidas, v. 1). 7ª ed. Trad. Rouanet, S. P. São Paulo: Brasiliense.
- Candau, J. (2006). *Antropologia de la memoria*. 1ª ed. Buenos Aires: Nueva Vision.
- Campos, M. T. A. (2014). *Implantação da Lei 10.639: roteiros*. Rio Claro (SP): Estúdio Panda Pix.
- Castriota, L. B. (2007). Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectiva. *Revista Forum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável*, 1(1), set./dez. Belo Horizonte. Recuperado de http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/59
- Choay, F. (2001). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP.
- Correa, R. L. (2007). Uma sistematização da análise de monumentos na Geografia. *Terr@ Plural*, 1(1), jan.-jul., 9-22. Ponta Grossa. Recuperado de <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/t/article/view/1139>
- Costa, E. B. (2012). Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, 47(93), 5-28. Lisboa. Recuperado de DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis1255>, <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1255>
- Domingues, P. (2010). Esses intemoratos homens de cor: o associativismo negro em Rio Claro (SP) no pós-abolição. *Revista História Social*, 19(2º semestre), 109-134. PPGH / UNICAMP. São Paulo. Recuperado de <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/318>
- Eckert, C. & Rocha, A. L. C. (2001). Premissas para o estudo da memória coletiva no mundo urbano contemporâneo sob ótica dos itinerários de grupos urbanos e suas formas de sociabilidade. *Revista Iluminuras*, 2(4), 2012, 2-18. Publicação Eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais - NUPECS/LAS/PPGAS/IFCH/UFRGS. Recuperado em 08 de agosto de 2018, DOI: <https://doi.org/10.22456/1984-1191.9122>, <http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9122>
- Fernandes, J. R. O. (2010). Muito antes do SPHAN: A Política de Patrimônio Histórico no Brasil (1838-1937). *Anais do Seminário Internacional Políticas Culturais: teoria e prática*. Fundação Casa de Rui Barbosa/MINC (22, 23 e 24 de setembro de 2010). Recuperado de <http://culturadigital.br/politicaculturalcasadecruibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>
- Ferreira, M. C. B. F. & Basso, T. G. (2018). As fontes documentais e a escrita da história da arquitetura: Os processos de construção de edificações particulares e o patrimônio edificado pelos construtores anônimos em Rio Claro/SP, entre 1936 e 1960. *Anais do 5º Seminário Ibero-americano Arquitetura e*

- Documentação*. Belo Horizonte (MG), UFMG. Recuperado de www.even3.com.br/anais/arqdoc/71139-as-fontes-documentais-e-a-escrita-da-historia-da-arquitetura-os-processos-de-construcao-de-edificacoes-particular
- Gonçalves, J. R. S. (2007). *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro. Ministério da Cultura/IPHAN. Coleção Museu, Memória e Cidadania.
- Gonçalves, J. R. S. (2005). Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horiz. Antropol.*, 11(23), 15-36. Porto Alegre. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0104-71832005000100002>
- Halbwachs, M. (1990). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice.
- Hogan, D. J. (1986). Café, ferrovia e população: o processo de urbanização de Rio Claro. In Hogan, D. J., Oliveira, M. C. F. A., & Sydenstricker Neto, J. M. *Textos NEPO* (V. 5). Campinas: NEPO, UNICAMP.
- Nora, P. (1993). *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Khoury, Y. A. (trad.). Projeto História. São Paulo: (10), dez.
- Paoli, M. C. P. M. (1992). Memória, história e cidadania: o direito ao passado. *Repositório USP: Direito a Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico. Recuperado de <https://bdpi.usp.br/item/000842428>
- Pereira, F. A. S. (2008). *Organizações e espaços da raça no oeste paulista: movimento negro e poder local em Rio Claro (dos anos 1930 aos anos 1960)*. (Tese de Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Prado, M. M. N. P. (2011). A teoria de campo e o patrimônio cultural. *Revista Museologia e Patrimônio*, 4(1), 127-147. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio/PPG-PMUS, Unirio|MAST. Recuperado de <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/154/154>
- Prado, A. P. (2017). *O patrimônio na encruzilhada do sentido: dispositivos de memória entre a chancela e o afeto*. (Tese de Doutorado em Ciências e Letras). Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo.
- Prats, L. (1997). *Antropología y Patrimonio*. Barcelona, España: Editorial Ariel, S.A.
- Riegl, A. (2014) *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. Davidsohn, W. R. (Trad.). Anat Falbel, 1ª ed. São Paulo: Perspectiva.
- Rocha, A. L. C. & Eckert, C. (2010). Cidade narrada, tempo vivido: estudos de etnografias da duração. *Revista RUA*, 1(16), jun., 121-145. Campinas, SP. Recuperado de <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/anteriores/pages/pdf/16-1/6-16-1.pdf>
- Rocha, E.; Almeida, M. I. M., & Eugenio, F. (2006). *Comunicação, consumo e espaço urbano: novas sensibilidades nas culturas jovens*. Rio de Janeiro, PUC-RIO: Mauad Editora.
- Santos, F. A. (2002). *Rio Claro: uma cidade em transformação (1850-1906)*. São Paulo: Annablume.
- Silva, E. F. F. & Castro, B. A.C. (2015). Um lugar, várias identidades: o Tamoyo, clube social negro em Rio Claro/SP. *Anais do XI Encontro Nacional da ENANPEGE*, 1(2015), 184-187. Recuperado de <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/6/184.pdf>
- Silveira, F. L. A. & Lima Filho, M. F. (2005). Por uma antropologia do objeto documental: entre a "alma nas coisas" e a coisificação do objeto. *Revista Horiz. antropol.*, 11(23), jun., 37-50. Porto Alegre. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0104-71832005000100003>
- Trevisan, R. (2013). *Memória de onde, memória de quem*. (Trabalho de conclusão de curso em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/121619>

Notas

ⁱ *Griô* ou Mestre – homens ou mulheres reconhecidos como herdeiros da tradição do grupo, que transmitem oralmente os saberes e modos de fazer de geração a geração ou, os comunicam fora do próprio grupo.

ⁱⁱ Os depoimentos estão disponíveis *on line* no Portal Memória Viva. Disponível em: <http://www.aphrioclaro.sp.gov.br/memoria-viva/> e <https://vimeo.com/203859402>.

ⁱⁱⁱ Ver Abreu, 2011, p.241.